

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano CII • Nº 117

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 10 de julho de 2025

Comissão de Assuntos Municipais busca melhoria de serviços e infraestrutura

Colegiado promoveu três audiências públicas no primeiro semestre

As ações para a melhoria dos serviços, equipamentos e infraestrutura dos municípios marcaram a atuação da Comissão de Assuntos Municipais no primeiro semestre de 2015. Ao todo, foram realizadas cinco reuniões ordinárias, duas extraordinárias e três audiências públicas durante o período, além da aprovação de 26 das 139 proposições apresentadas.

Recuperação de rodovias, regularização de transporte complementar e segurança pública estiveram na pauta do Colegiado

O presidente da comissão, Edson Vieira (União), comprometeu-se a continuar trabalhando para atender às demandas dos municípios



FOTO: ROBERTA GUIMARÃES

DISPONIBILIDADE - O presidente Edson Vieira destacou a abertura do Colegiado para demandas dos municípios

pernambucanos. “Quero dizer a cada deputado e ao povo pernambucano que estamos no colegiado para ouvir, atender as demandas e trabalhar em benefício de Pernambuco”, afirmou.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Dentre os temas debati-

dos pelo colegiado, evidenciam-se as demandas por pavimentação das rodovias PE-156 e PE-159, nas proximidades de Santa Cruz do Capibaribe (Agreste Setentrional), com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do polo de confecções e da região.

A audiência seguinte abordou os obstáculos para a regularização do Transporte Complementar Intermunicipal, devido à falta de pessoal na Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal (EPTI), o que tem levado trabalhadores à clandestinidade.

Também merece destaque a audiência que tratou da permanência do 20º Batalhão da Polícia Militar (BPM) no município de São Lourenço da Mata (RMR). Após mobilização da prefeitura local e dos deputados, a governadora Raquel Lyra anunciou a manutenção da

unidade no município, em conjunto com criação de mais cinco batalhões que serão distribuídos pelo Estado.

PROPOSIÇÕES

Entre os projetos aprovados na Comissão, destaca-se o de nº 2690/2025, de autoria do Deputado Fabrizio Ferraz (Solidariedade) que institui a Rota Turística do Cangaço no Estado de Pernambuco.

O Colegiado também acatou a emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico que incluiu Cupira (Agreste Central) na lista dos integrantes da Rota da Moda de Pernambuco, a ser criada pelo Projeto de Lei nº 1263/2023, de autoria do deputado Edson Vieira.

Por fim, o Projeto de Lei nº 2269/2024 de autoria do Deputado Diogo Moraes (PSB), deu o nome de “Lei José Patriota” à legislação que trata da distribuição, entre os municípios, da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O deputado falecido em 2024 foi presidente da Comissão de Assuntos Municipais no primeiro biênio desta legislatura.

A seção de notícias do Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Legislativo é produzida pela **Superintendência de Comunicação Social**.

EXPEDIENTE: Superintendente: Arthur Cunha; **Chefe do Departamento de Jornalismo:** Júlia Guimarães; **Gerente de Imprensa e Site:** André Zahar; **Pauta:** Tatiane Cybelle Góes; **Edição do site:** Haymone Neto, Helena Alencar; **Edição do DO:** Carlos Sinésio; **Reportagem:** Amanda Arruda, Amanda Seabra, Bruna Henrique, Cecília Nascimento, Edson Alves Jr., Eliza Kobayashi, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima, Julia Nazário, Rebeca Carneiro; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Repórteres Fotográficos:** Anju Monteiro, Evane Manço, Gabriel Costa, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Manu Vitória, Nando Chiappetta, Roberta Guimarães; **Fotógrafo Arquivista:** Gabriel Laprovitera; **Diagramação e Edição Eletrônica:** João Pinheiro; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. **Fone:** 3183-2126 PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scm@alepe.pe.gov.br



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Edital

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convoco, nos termos do art. 125, inciso II do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: **DEPUTADO ABIMAEI SANTOS (PL)**, **DEPUTADO ADALTO SANTOS (PP)**, **DEPUTADO GILMAR JUNIOR (PV)**, **DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL (UNIÃO)**, membros titulares, e, na ausência destes, os Deputados suplentes: **DEPUTADO ANTONIO COELHO (UNIÃO)**, **DEPUTADO EDSON VIEIRA (UNIÃO)**, **DEPUTADO JOAO DE NADEGI (PV)**, **DEPUTADO JOAO PAULO (PT)**, **DEPUTADA SIMONE SANTANA (PSB)**, para participarem da Audiência Pública a ser realizada às **10** (dez horas) do dia **06** (seis) de agosto, quarta-feira, no Auditório Sérgio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/nº, Boa Vista, com o seguinte tema:

“Políticas Públicas de Saúde para as Populações Vulnerabilizadas”

Sala da Comissão de Saúde e Assistência Social

Recife, 09 de julho de 2025.

Deputado SILENO GUEDES
Presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social

Ata de Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “DIA INTERNACIONAL DAS PROSTITUTAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PROFISSÃO”, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR (CCDHP), NO DIA 02 DE JUNHO DE 2025.

Às 10h do dia 02 de junho de 2025, pela manhã, teve início, no Auditório Ênio Guerra, localizado no 4º andar do Anexo I da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), a audiência pública intitulada “Dia Internacional das Prostitutas: Desafios e Perspectivas da Profissão”, realizada pela Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, por solicitação do deputado João Paulo (PT). A Presidenta da Comissão, Dani Portela (PSOL), abriu a audiência pública, convidou para compor a mesa, o deputado João Paulo; Nancy Feijó, Cordenadora Geral da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo - APPS; Lucidalva Nascimento, Presidenta da Comissão da Igualdade Racial da OAB - Cabo de Sto. Agostinho; Westei Conde, Promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco - MPPE; e Débora Tito Farias, Procuradora do Trabalho - Ministério Público do Trabalho - MPT. Logo após, a deputada saudou algumas presenças, como o Grupo Curumim; Grazielle Vasconcelos, representante da Secretaria Estadual de Saúde; o Fórum de Mulheres de Pernambuco; Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo; Gestos; IBRAT; MTST; Universidade de Pernambuco (UPE); CPD; Espaço Trilhares; e agradeceu a presença de Valderes Feijó, irmão de Nancy. Na sequência, parabenizou o deputado João Paulo por ter provocado a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, na qual também é integrante, para fazer essa audiência pública tão importante. A posteriori, iniciou sua fala ao pontuar que o dia 02 de junho marca o Dia Internacional das Trabalhadoras do Sexo. Explicou que essa data teve origem em um protesto ocorrido em 02 de junho de 1975, quando prostitutas em Lyon, na França, ocuparam uma igreja para chamar a atenção para suas condições de vida e trabalho. Destacou que, cinquenta anos após o ocorrido, pouco se havia avançado no debate sobre direitos, reconhecimento e proteção dessas profissionais. afirmou que aquele dia marcaria a história da Casa Legislativa, pois aquele espaço havia sido ocupado justamente para demarcar a luta contra a discriminação e o preconceito direcionados a essas trabalhadoras. A deputada destacou ainda que Nancy Feijó socializou o desconforto manifestado por prostitutas em relação à participação na audiência, motivado por vídeos de parlamentares da extrema direita que ridicularizaram e constrangeram essas mulheres e a sua profissão. Ressaltou que o convite daquela audiência consistia em retirar as cortinas da moralidade em torno do tema e reconhecer essas profissionais como pessoas com direitos sistematicamente negados. Pontuou que o auditório mostrava que não se poderia falar sobre trabalhadoras do sexo sem lembrar que essa categoria era composta, em sua grande maioria, por mulheres. Acrescentou que essas mulheres, sobretudo as mulheres negras, estavam entre as mais afetadas pelas condições de subemprego, desemprego e informalidade. Ao falar sobre trabalhadoras do sexo, ressaltou que esse trabalho, apesar de estigmatizado, garante a sobrevivência de milhares de mulheres e famílias no país. Ainda que seja uma ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho, afirmou que essas profissionais não acessam nenhum direito trabalhista. Mencionou também os dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), que apontam que 90% das pessoas travestis e transexuais recorrem à prostituição como meio de sobrevivência. Enfatizou que esse número reflete um severo processo de exclusão social que impede essas pessoas de acessarem diferentes espaços, tornando urgente a implementação de políticas públicas de trabalho, emprego, renda e acesso à educação, para que pessoas trans e travestis possam ter outras possibilidades de ocupação profissional. Expressou o desejo de que, ao final da audiência, haja

encaminhamentos que considerem a realidade vivida por essas mulheres, em sua maioria pobres, negras, periféricas e em situação de vulnerabilidade social. Segundo ela, essas mulheres mostram a necessidade de avançar no debate sobre profissionais do sexo, considerando as interseccionalidades com a Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, bem como as vulnerabilidades e riscos laborais. Concluiu sua fala desejando que aquele espaço se configurasse como um local de escuta, reivindicação e, principalmente, de construção de políticas públicas que garantam direitos a essa parcela da população ainda tão estigmatizada. Em seguida, a palavra foi concedida ao deputado João Paulo, que cumprimentou a mesa e iniciou sua intervenção ao abordar o contexto histórico das trabalhadoras do sexo, o qual deu origem ao Dia Internacional dedicado à categoria. Em sua fala, citou a filósofa feminista Sílvia Federici, ao afirmar: “não há libertação possível sem reconhecer o valor do trabalho das mulheres, inclusive o trabalho sexual, que, embora inviabilizado ou estigmatizado, é uma realidade concreta na vida de mulheres brasileiras”. O deputado ressaltou que, desde 2002, a prostituição é reconhecida pelo Ministério Público do Trabalho como uma atividade profissional. No entanto, observou que essa ocupação segue sem regulamentação legal no país. Diante desse cenário, sugeriu a elaboração de um requerimento que avance no debate sobre a formalização e garantia de direitos a essas trabalhadoras. O deputado ressaltou que tem um paradoxo existente: embora o exercício da atividade seja permitido, os direitos trabalhistas dessas profissionais não são reconhecidos, o que configura uma grave omissão por parte do Estado. Essa ausência de garantias representa uma forma de violência institucional. As profissionais do sexo enfrentam, além do preconceito moral, diversas formas de violência — física, estatal e simbólica —, exploração econômica e a completa ausência de políticas públicas voltadas às suas demandas. Os abusos ocorrem não apenas nos espaços públicos, mas também no interior das instituições. Somado a isso, João Paulo pontuou que, durante sua gestão como prefeito do Recife, foi implementado o Projeto Damas da Noite, uma iniciativa coordenada pela Secretaria da Mulher, com ações voltadas à prevenção de doenças, à redução de danos e à promoção da formação cultural das mulheres que atuavam na região da Praça do Diário, no centro da cidade. A política pública incluiu ainda a oferta de cursos profissionalizantes, sendo construída com base na escuta qualificada, no reconhecimento e no respeito à dignidade dessas trabalhadoras. Destacou, ainda, a relevância do trabalho desenvolvido pela APPS – Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo –, entidade de grande importância tanto no contexto estadual quanto nacional, pelo seu papel na defesa dos direitos e na promoção da cidadania das profissionais do sexo. O deputado fez referência ao filósofo Paul B. Preciado, ao citar que “o corpo é um campo de batalha, e os corpos das profissionais do sexo, historicamente, carregam as marcas da hipocrisia, do moralismo e da exclusão, mas carregam também a força da resistência”. Nesse contexto, reafirmou a importância de ouvir as vozes dessas mulheres, reconhecendo suas lutas e suas pautas legítimas, como o direito ao trabalho digno, à saúde, à segurança e à livre organização. Logo após, o parlamentar destacou que, em diversos países, as experiências de regulamentação demonstram que a garantia de direitos é o caminho mais eficaz para o enfrentamento dos abusos. Ignorar, marginalizar ou criminalizar essas profissionais apenas intensifica a violência e a exclusão. A posteriori, enfatizou que esta data não deve ser apenas de lembrança, mas de compromisso com a construção de um Brasil em que nenhuma mulher, independente de sua profissão, seja tratada com menos dignidade. Às prostitutas que resistem, foi expressado respeito; e àquelas que lutam por reconhecimento, foi manifestada solidariedade. Por fim, o deputado relatou as resistências enfrentadas no âmbito da ALEPE para a realização desse debate, especialmente por parte de parlamentares vinculados a segmentos evangélicos e de orientação conservadora. Na sequência, a deputada Dani Portela fez uma intervenção pontual para abordar as resistências encontradas na construção desse debate, destacando a necessidade de enfrentar a hipocrisia presente em determinados discursos conservadores. Mencionou que, ao se analisarem os índices de mulheres vivendo com HIV/AIDS e os casos de violência doméstica e familiar, observa-se que há uma significativa presença de mulheres evangélicas entre as vítimas, o que, segundo a parlamentar, evidencia a distância entre o discurso moralista e a realidade enfrentada por essas mulheres. Enfatizou, assim, a importância de enfrentar tais contradições de forma transparente e responsável. Em seguida, a deputada saudou a presença de Elizabeth Goudinho, representante do Núcleo de Mediação e Conflitos da Secretaria de Direitos Humanos da cidade do Recife, e, na sequência, concedeu a palavra a Nancy Feijó, que iniciou sua fala saudando a mesa, em nome da Dra. Lucidalva Nascimento, e expressando sua satisfação em ocupar a Casa do Povo. No entanto, lamentou a ausência de outras companheiras, que não puderam comparecer em razão do preconceito, da discriminação e da hipocrisia ainda presentes na sociedade. Reafirmou a importância e a coragem de propor a realização desta Audiência Pública, por iniciativa do deputado João Paulo e da Comissão de Direitos Humanos, reconhecendo os desafios de se discutir o tema no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). Nancy utilizou um trocadilho ao comentar a forma como as profissionais do sexo são frequentemente descritas como pessoas que “vendem o corpo”. Com humor e crítica, afirmou que, se de fato vendessem o corpo, ela própria já não teria “nem mais cabelo”. Esclareceu, então, que o que se oferece é o prazer, e não o corpo. Nancy Feijó compartilhou que a associação à qual pertence existe há 22 anos, atuando na luta por direitos das mulheres profissionais do sexo. Destacou o caráter histórico e ousado do momento vivido, que só foi possível graças ao apoio de parlamentares como João Paulo e Dani Portela. Em sua fala, fez questão de enaltecer a parceria de longa data com Vânia Rezende, ressaltando que sua trajetória teria sido muito mais difícil sem essa aliança. Nancy também revelou ser uma sobrevivente da Ditadura Civil-Militar, enfatizando, logo após, a importância da escuta das autoridades presentes à mesa sobre a temática. Expressou sua alegria em ver assegurada a aposentadoria de algumas das trabalhadoras, resultado de um esforço coletivo que contou com o apoio fundamental da Prefeitura do Recife durante a gestão de João Paulo (PT). Logo após, informou ainda que, desde a fundação, a associação está sediada no mesmo terreno onde funciona a Policlínica Pam Centro, mas atualmente enfrenta ameaças de despejo e dificuldades para permanecer no local. Solicitou ao deputado João Paulo que intervenha para garantir a continuidade das atividades da entidade nesse espaço. Por fim, manifestou sua tristeza diante da realidade enfrentada por mulheres prostitutas que atuam na Praça do Diário e na Praça Joaquim Nabuco, que seguem sem acesso a direitos básicos e proteção institucional. Na sequência, a palavra foi concedida a Lucidalva Nascimento, que iniciou sua fala saudando o deputado João Paulo e estendendo os cumprimentos às deputadas Dani Portela e Rosa Amorim (PT), ressaltando que ambas atuaram bravamente na aprovação desta audiência pública. Logo após, Lucidalva recitou uma poesia de autoria de Vânia Rezende, e depois realizou um apanhado histórico, destacando a sua luta, que iniciou na década de 80 em parceria com o Centro das Mulheres do Cabo, que desencadeou em um trabalho na Zona da prostituição, precisamente na Rua das Florentinas, rodas de conversas, emissão de documentos, na época faziam a discussão sobre o Estatuto Social das Profissionais do Sexo do Cabo de Santo Agostinho. Reforçou que nesse período o Cabo era uma cidade extremamente violenta, conhecida como a cidade da morte. Posteriormente, Lucidalva destacou que, no final do século XX, atuava na luta por direitos das profissionais do sexo enquanto representante da sociedade civil. Mais recentemente, na última década, passou a ocupar a posição de gestora pública. Em ambas as funções, sempre defendeu a importância de garantir direitos

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

Presidente, Deputado Álvaro Porto

1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias

2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor

1º Secretário, Deputado Francismar Pontes

2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho

3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho

4º Secretário, Deputado Izaías Régis

1º Suplente, Deputado Doriel Barros

2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho

3º Suplente, Deputado Romero Albuquerque

4º Suplente, Deputado Fabrizio Ferraz

5º Suplente, Deputado William Brigido

6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório

7º Suplente, Deputada Socorro Pimentel

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendente-Geral - Aldemar Silva dos Santos

Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva

Secretário-Geral da Mesa Diretora - Mauricio Moura Maranhão da Fonte

Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva

Ouvidor-Geral - Deputado Pastor Cleiton Collins

Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno

Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade

Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo

Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima

Coordenador-chefe Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo

Superintendente de Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araujo Pereira

Superintendente de Comunicação Social - Arthur Henrique Borba da Cunha

Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres

Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos

Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier

Superintendente da Escola do Legislativo - Alberes Haniery Patricio Lopes

Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior

Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos

Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves



**COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:**

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinícius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão

para esse segmento. Ela ressaltou, no entanto, as dificuldades enfrentadas na formulação de políticas públicas voltadas especificamente para esse grupo, em razão das inúmeras barreiras burocráticas. Além disso, a advogada compartilhou os desafios enfrentados pelas profissionais do sexo durante a pandemia, período em que muitas viveriam situação extrema de insegurança alimentar, chegando a não ter o que comer. Além disso, mencionou que, nessa época, o Supremo Tribunal Federal condenou ou acionou a Secretaria de Políticas para Mulheres para que fossem destinadas cestas básicas para o Brasil inteiro, e Pernambuco não ficou de fora, incluindo as profissionais do sexo nesse benefício. Somado a isso, ressaltou, mais uma vez, a necessidade de regulamentação da profissão. Mencionou o Projeto de Lei nº 778/2025, de autoria do deputado federal Kim Kataguirí (UNIÃO), que propõe a criminalização das profissionais do sexo sob a alegação de que estariam exercendo a atividade em via pública. Por fim, destacou, ainda, a mobilização de deputadas de esquerda para que a tramitação da proposta ocorra nas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade. Logo após, a deputada Dani Portela fez a leitura da ementa do PLO mencionado por Lucidalva, explicou como funciona a tramitação e chamou o deputado João Paulo para fazer uma conversa com os deputados e as deputadas federais por Pernambuco sobre o caso. Na sequência, saudou Liliانا Barros, Ouvidora Externa da Defensoria Pública de Pernambuco e membro da Cidadania Feminina. Em seguida, a palavra foi facultada para o Promotor de Justiça, dr. Westei Conde, que ratificou a relevância do tema, além de compartilhar que faz questão de, sempre que possível, estar junto à APPS. Ademais, expôs o caráter seletivo do Projeto de Lei nº 778/2025, que não só traz em si retrocessos, como também escolhe que corpo será punido — o da mulher pobre e, majoritariamente, negra. Logo após, afirmou a importância de aprofundar o debate acerca da regulamentação da profissão, e ressaltou suas dúvidas com relação à discussão. Ao final, fez a leitura da bíblia, no livro de Mateus 21:31, no qual afirma que as prostitutas entrarão primeiro no reino dos céus. Na sequência, Débora Tito, Procuradora do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, iniciou sua fala ao reforçar a necessidade de tirar a ótica da moralidade sobre o tema. Não obstante, discorreu sobre as discordâncias da APPS com as feministas radicais, que acreditavam na extinção da profissão por considerarem um "estupro pago", e arguiu que o que deve ser abolido é o capitalismo, mas enquanto esse sistema ainda é vigente, é necessário defender as formas de sobrevivência e regulamentá-las. Para concluir, afirmou a necessidade da descriminalização da profissão, obviamente quando não envolver crianças e adolescentes ou quando se tratar realmente de exploração sexual, além de ter trazido a importância de políticas públicas voltadas a essa profissão e a prioridade de que a temática seja também tratada por profissionais da saúde. A posteriori, a deputada Dani Portela franqueou a palavra para quem do público presente quisesse fazer alguma intervenção, e prontamente Isaura defendeu que a profissão é coletiva, e todas se protegem, pois se "mexer com uma, mexerá com todas". Na sequência, Léo Tenório, profissional do sexo, compartilhou a história de uma mulher transexual, também profissional do sexo, que vivia em cárcere privado, e não tinha rede de apoio. Além disso, arguiu que uma grande parte das pessoas que entram na prostituição se dá por motivos de sobrevivência, não por decisão. Ademais, expôs a necessidade de renda para essa classe, pois muitos lidam com a exploração de sua força de trabalho, e vivem beirando a miséria. Não obstante, falou da estratégia da extrema-direita de falar de pautas não abordadas pela esquerda porque passam pelo crivo da moralidade, e manifestou sua preocupação com a deputada federal Erika Hilton (PSOL), por estar liderando a pauta da escala 6x1, junto com o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT). Já para Dani Abravanel, a vida na prostituição iniciou quando ela tinha apenas quinze anos de idade, tendo em vista que perdeu a mãe e avó muito jovem, e precisou garantir meios de subsistência para seus dois irmãos mais novos. Além disso, denunciou o preconceito sofrido pela classe como forma de inviabilizar o acesso às políticas públicas e aos direitos básicos. Ao final, pediu aplausos para os(as) parlamentares proponentes da audiência pública, Dani Portela e João Paulo, destacando a coragem de ambos ao pautarem um tema ainda cercado de preconceitos e os possíveis julgamentos que poderiam sofrer em decorrência disso. Além disso, compartilhou informações sobre o Projeto Sexo Legal, voltado à promoção da redução de danos entre mulheres em situação de prostituição. O projeto foi criado em 2002, em resposta à tentativa de alguns vereadores de remover essas mulheres da região de Boa Viagem. As atividades do projeto foram mantidas até o ano de 2016. Em seguida, Liliانا Barros, Ouvidora Externa da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, trouxe a provocação sobre a evolução do movimento feminista e a necessidade de cautela ao falar sobre o movimento, que avança em conjunto com a sociedade. Já Nancy Ferreira, coordenadora do GTP+, falou do trabalho do Grupo com as profissionais do sexo, com destaque para a atuação em mecanismos de proteção e combate ao tráfico de pessoas, realizada em parceria com o Dr. Westei Conde e Dra. Débora Tito. Na sequência, Thiago Jerohan, da Ong Gestos, apontou os estigmas atrelados as profissionais do sexo, e socializou que depois da pandemia houve um aumento dos serviços pornográficos. Tendo isso em vista, reafirmou a necessidade de criação de uma política de distribuição de renda para essa população. Dando prosseguimento, Pétalla Menezes, do Fórum de Mulheres de Pernambuco, trouxe relatos da vulnerabilidade das trabalhadoras do sexo e lamentou a fala da deputada federal que ironizou a realização da audiência pública. Ao final, Margarete Gomes, da APPS, agradeceu em nome do movimento a oportunidade do evento. Ao final, a deputada Dani Portela agradeceu a presença de todas as pessoas e apresentou os encaminhamentos resultantes da audiência pública, a saber: 1) Realizar um requerimento e abrir um diálogo para que o Governo Federal regule a profissão e garanta os direitos trabalhistas; 2) Articular com deputados e deputadas progressistas no Congresso para que o Projeto de Lei nº 778/2025 não seja aprovado, tendo em vista que criminaliza a profissão; 3) Provocar as prefeituras para a criação de políticas públicas voltadas para profissionais do sexo; 4) Provocar também o Governo do Estado de Pernambuco em relação a criação de políticas públicas de saúde voltadas para esta população; 5) Organizar uma ação itinerante de promoção da cidadania que envolverá a Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Ministério Público de Pernambuco, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça de Pernambuco, por meio de um mutirão de documentação civil. A ação tem como objetivo garantir o acesso à documentação básica — como certidão de nascimento, carteira de identidade e outros documentos essenciais — a profissionais que ainda não a possuem, além de oferecer orientação sobre seus direitos; 6) Articular com o Poder Executivo a criação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da insegurança alimentar entre as trabalhadoras e os trabalhadores, em parceria com as prefeituras e com o apoio das redes de assistência social, como os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e os CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social); 7) Atuar para que o executivo crie uma alíquota especial de recolhimento destinada para profissionais do sexo; 8) Incluir, no âmbito da Política de Saúde da Mulher, a implementação de políticas específicas voltadas às trabalhadoras do sexo; 9) Provocar o Poder Executivo para implementar uma política de distribuição de renda direcionada a esse segmento; 10) Promover ações de cidadania em parceria com o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco, articulando a realização de um evento com enfoque nas questões da fome e da prostituição, conforme sugerido pelo Dr. Westei Conde; 11) Convidar a Associação de Profissionais do Sexo (APPS) para participar de discussões estratégicas acerca da necessidade de segurança alimentar, visando dar continuidade ao processo de escuta com as organizações envolvidas; 12) Atentar para as estratégias de comunicação e assegurar o apoio político a esse grupo em diversos espaços; 13) Realizar uma reunião com o Ministério Público do Trabalho e com a Defensoria Pública para pensar em ações estratégicas urgentes visando oferecer algum tipo de apoio às trabalhadoras idosas que estão sem casa e não conseguem acesso ao CRAS ou qualquer auxílio. Ao final dos encaminhamentos, o deputado João Paulo fez uma homenagem a Nancy Feijó e a Vânia Rezende, entregando flores em reconhecimento à luta e resistência demonstradas ao longo de todos esses anos em defesa da causa. Em seguida, a presidenta da Comissão, deputada Dani Portela, declarou encerrada a audiência pública. E, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Recife, 09 de julho de 2025.

Deputada **DANI PORTELA**

Presidenta da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular.

Portarias

PORTARIA Nº 153/2025

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 008035/2025 e no Ofício nº 065/2025, **da Superintendência Militar e de Segurança Legislativa**,

RESOLVE: lotar na Superintendência Militar e de Segurança Legislativa, o **ST. BM ALEXANDRO FRANCISCO DOS SANTOS**, matrícula nº 42133, atribuindo às gratificações previstas no Artigo 12, parágrafo 1º, da Lei nº. 11.640 (Gratificação de Representação), de 04 de maio de 1999, Art. 1º da Lei nº. 12.172 (Gratificação de Incentivo), de 22 de março de 2002, e Art. 4º, da Lei. 14.659/2012, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de julho de 2025.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 09 de julho de 2025.

Deputado FRANCISMAR PONTES
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 154/2025

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 008035/2025 e no Ofício nº 065/2025, **da Superintendência Militar e de Segurança Legislativa**,

RESOLVE: lotar na Superintendência Militar e de Segurança Legislativa, o **CB. PM ANDERSON GABRIEL DIAS SANTOS**, matrícula nº 63363, atribuindo às gratificações previstas no Artigo 12, parágrafo 1º, da Lei nº. 11.640 (Gratificação de Representação), de 04 de maio de 1999, Art. 1º da Lei nº. 12.172 (Gratificação de Incentivo), de 22 de março de 2002, e Art. 4º, da Lei. 14.659/2012, retroagindo seus efeitos ao dia 07de julho de 2025.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 09 de julho de 2025.

Deputado FRANCISMAR PONTES
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 284/2025

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 006241/2025, e no Ofício nº 081/2025, **da Superintendência de Comunicação Social**,

RESOLVE: designar a servidora **MARIA TAYZA BARROS DE LIMA**, matrícula nº 565, Gerente de TV, para responder cumulativamente pela função gratificada de Chefe do Departamento de Radiodifusão, Som e Imagem, durante o gozo das férias do titular, **MAURO LUCIO NASCIMENTO**, matrícula nº 551, no período de 07 a 26 de julho de 2025, referente a 2ª fração do exercício de 2025.

Sala Austro Costa, 03 de junho de 2025.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

Licitações e Contratos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2024. Prorrogação da vigência do Contrato, referente à contratação de empresa para prestação de serviços reprográficos para tiragem de cópias ou impressões comuns e especiais, em P&B e colorida, encadernação, plastificação, plotagem, confecção de panfletos, cartão de visita, banners e adesivos, para atender às demandas da ALEPE. Contratada: GLOBAL OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS LTDA. CNPJ: 69.959.740/0001-56. Prazo acrescido: 12 (doze) meses. Nova vigência: 07/06/2025 a 06/06/2026. Recife/PE, 06/06/2025. Deputado Álvaro Porto de Barros – Presidente da ALEPE e Francismar Mendes Pontes – Primeiro Secretário.

ERRATA - PORTARIA Nº 109 - CT, DE 02 DE JUNHO DE 2025

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Alepe Trâmite nº 7919/2025, criado pela Superintendência Administrativa da ALEPE,

RESOLVE

Retificar a Portaria nº 109/2025-CT:

Onde se lê:
"com efeitos a contar do dia 01 de dezembro de 2024"

Leia-se:
"com efeitos a contar do dia 01 de dezembro de 2024 a 04 de fevereiro de 2025"

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Em, 04 de julho de 2025.

Deputado FRANCISMAR PONTES
Primeiro Secretário

FOLHEIE O DIÁRIO OFICIAL COM APENAS ALGUNS CLIQUES



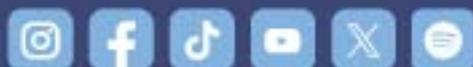
Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal.

CLIQUE E CONFIRA



ALEPE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR